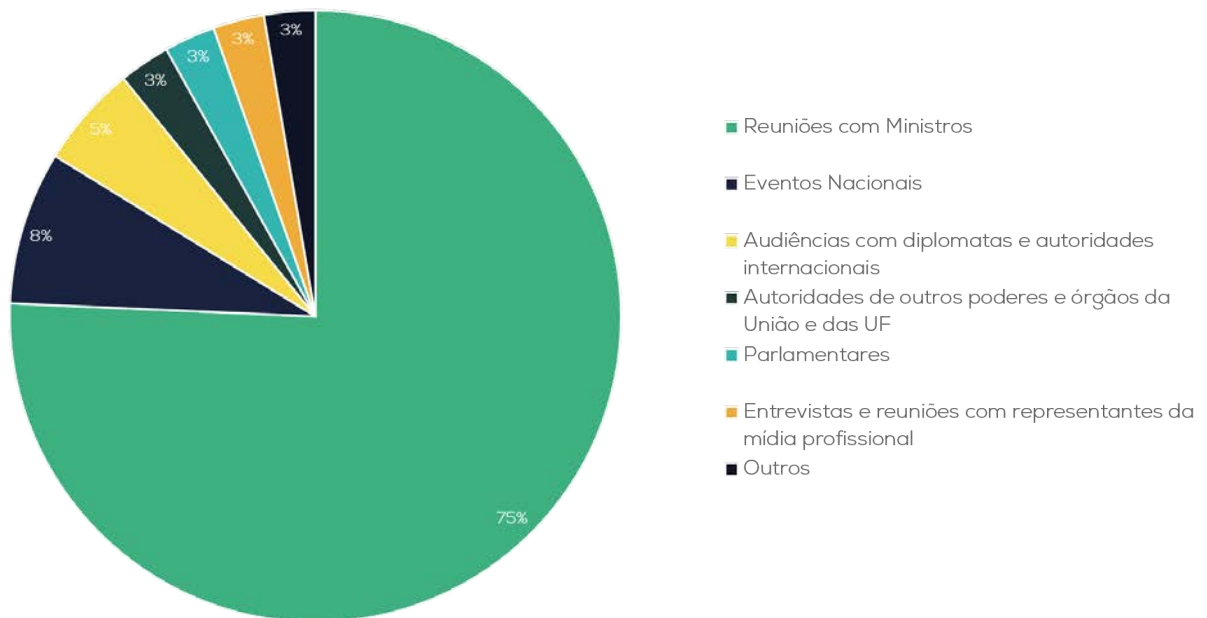


Bolsonaro intensifica agendas com o ministro André Mendonça

Durante a semana, o presidente se reuniu oito vezes com o titular da pasta da Justiça e Segurança Pública; PL contra fake news na internet pode ser votado pelo Senado

Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro se reuniu oito vezes com o Ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça. Nas reuniões, não foram tratados temas de interesse da segurança pública. Além dos encontros com o presidente, Mendonça se reuniu com o vice-presidente, Hamilton Mourão, com ministro-chefe da Casa Civil, Braga Netto, e com o ministro-chefe da Secretária de Governo, Luiz Eduardo Ramos Baptista Oliveira.

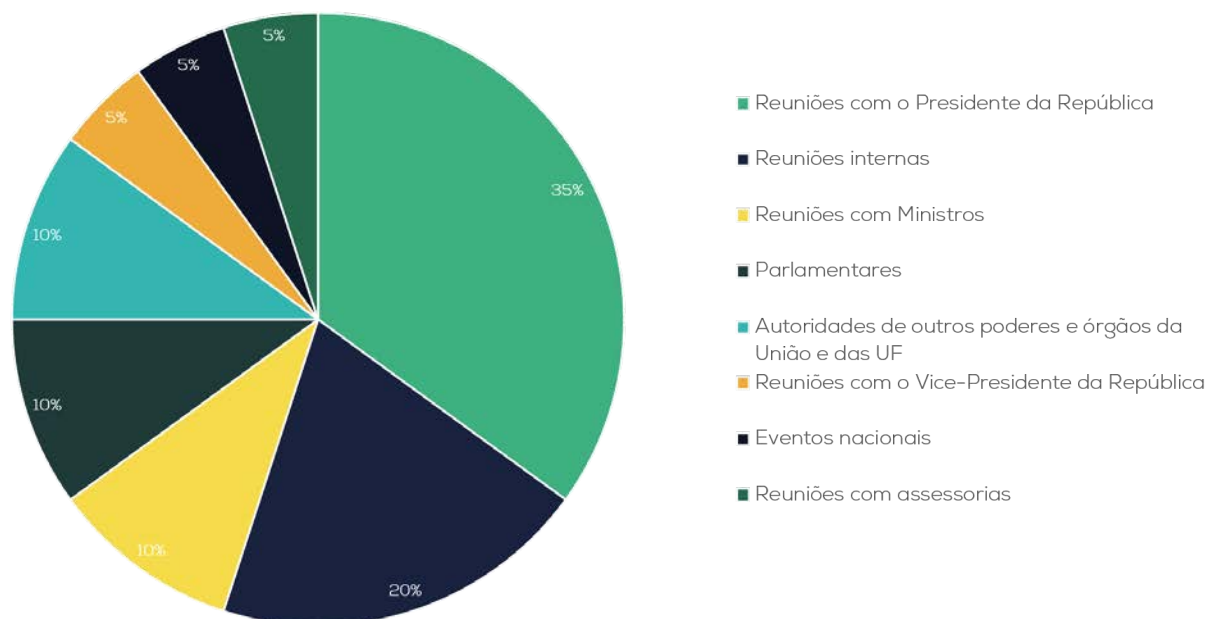
Agenda oficial do Presidente da República, entre 15/06 e 21/06



O secretário Nacional de Segurança Pública interino, Carlos Renato Machado Paim, se encontrou com o diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Eduardo Aggio de Sá. O secretário também recebeu o Presidente do Conselho Nacional de Dirigentes de Polícia Científica, Marcos Egberto, além do secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres, e o diretor-geral da Polícia e o comandante-geral do Corpo de Bombeiros da capital federal.

A Diretora Geral do DEPEN, Tania Fogaça, se reuniu com secretário de Justiça do Espírito Santo, Luiz Carlos de Carvalho Cruz, e também participou de conferência com os diretores da Federação Nacional Sindical dos Servidores Penitenciários.

Agenda oficial do Ministro da Justiça, entre 15/06 e 21/06



Legislativo

O polêmico projeto de lei (PL) 2630/2020 que cria a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, está na pauta do plenário do Senado desta quinta-feira (25) e já pode ser votado, caso os senadores cheguem a um acordo sobre o texto.

De autoria do senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), o projeto já foi pautado em outras ocasiões, mas não houve consenso sobre o texto. Um dos pontos que tem gerado discordância no Congresso é a permissão para que as redes sociais removam unilateralmente o conteúdo considerado enganoso, a partir da ação de verificadores independentes (*fact-checkers*). Alguns senadores argumentam que essa remoção unilateral do conteúdo pode possibilitar a censura na internet.

Outro ponto polêmico do PL é a previsão de medidas de rastreamento de usuários que publicarem conteúdos falsos ou enganosos, por meio da identificação dos usuários da internet. Senadores e entidades ligadas aos direitos civis na internet, como a Coalizão Direitos na Rede, consideram que essa medida viola a privacidade dos usuários.

O relator da matéria, senador Ângelo Coronel (PSD/BA), apresentou uma prévia do seu parecer na última sexta (19). O relatório, que ainda não foi formalmente protocolado, retira do texto original a previsão de remoção de conteúdo pelas plataformas. A intenção do senador é manter a parceria entre os *fact-checkers* e as redes sociais, mas a ação deles dependerá de denúncias dos usuários. Ângelo Coronel também acrescentou ao seu parecer a expressa proibição de censura de conteúdo por parte das plataformas.

No entanto, o senador pretende manter no texto os mecanismos que permitem a localização da fonte original de conteúdos falsos ou enganosos, bem como a identificação dos responsáveis. Por esse motivo, é possível que os senadores sejam pressionados, tanto por representantes das plataformas, quanto por membros da sociedade civil, a retirar novamente a matéria de pauta. Contudo, o texto ainda poderá sofrer novas modificações em plenário se os senadores concordarem com a votação do projeto. Se aprovado pelo Senado, ele ainda precisa ser deliberado pelos deputados antes de ser remetido à sanção.

O Fonte Segura monitora semanalmente, de segunda-feira a domingo, as agendas listadas abaixo. Agora, você também pode consultá-las de forma interativa no menu superior "Agenda".

- *Presidente da República;*
- *Vice-presidente da República;*
- *Ministro da Casa Civil;*
- *Ministro do Gabinete de Segurança Institucional;*
- *Ministro da Secretaria de Governo;*
- *Ministro da Justiça e Segurança Pública;*
- *Secretário Nacional da Segurança Pública;*

- *Secretário Nacional da Justiça;*
- *Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional;*
- *Presidente do Supremo Tribunal Federal;*
- *Procuradora-Geral da República;*
- *Presidente da Câmara dos Deputados;*
- *Presidente do Senado Federal.*

<https://backup.forumseguranca.org.br/movimentacao-politica/template-1-movimentacao-politica-559rv-6tueq-azrss-9bjb7-5pvpb-ce2kt-m25s7-ekv3y-6smpb-7xchf-rfn3b-9ajav>

